

TAYNARA CARDOSO FIDELIS

**A EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE BENS PRIMÁRIOS: A DEPENDÊNCIA DO
BRASIL DO MERCADO CHINÊS PARA O ENVIO DE CARNE BOVINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Thaís Guimarães Alves Nonato

Uberlândia

2025

A EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE BENS PRIMÁRIOS: A DEPENDÊNCIA DO BRASIL DO MERCADO CHINÊS PARA O ENVIO DE CARNE BOVINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção de título de Bacharel.

Orientador: Profa. Dra. Thaís Guimarães Alves Nonato

BANCA EXAMINADORA

Thaís Guimarães Alves Nonato

Orientadora

Marcelo Sartorio Loural

Examinador

Sandra Aparecida Cardozo

Examinadora

A EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE BENS PRIMÁRIOS: A DEPENDÊNCIA DO BRASIL DO MERCADO CHINÊS PARA O ENVIO DE CARNE BOVINA

Taynara Cardoso Fidelis

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a dependência do Brasil em relação ao mercado chinês para a exportação de carne bovina, considerando a significativa participação da China como destino das exportações brasileiras, desde os anos 2000, especialmente a partir dos impactos da crise do *subprime* de 2007. A principal questão a ser avaliada é entender as razões, a temporalidade e a dependência do mercado de exportação de carne bovina brasileiro à China. Para a construção do trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica que contempla diferentes teorias do comércio internacional, além de uma análise empírica através dos gráficos realizados. Os principais resultados indicam que o mercado brasileiro tem se aproveitado da oportunidade de ganhos financeiros com a necessidade chinesa de carne bovina. Também, foi identificada uma parceria estreita entre os países, o que acarretou em uma possibilidade de dependência atual, o que pode resultar em ganhos de comércio para ambas as nações, apesar dos riscos corridos.

Palavras chave: Brasil; China; Exportação de Carne Bovina; Dependência Comercial.

Abstract: This article aims to analyze Brazil's dependence on the Chinese market for beef exports, considering China's significant role as a destination for Brazilian exports since the 2000s, particularly following the impacts of the 2007 subprime crisis. The main issue to be assessed is to understand the reasons, timing, and extent of Brazil's beef export dependence on China. To develop this study, a literature review was conducted, covering different theories of international trade, as well as an empirical analysis through the use of graphs. The main findings indicate that the Brazilian market has taken advantage of the financial gains arising from China's demand for beef. Additionally, a close partnership between the two countries was identified, which has led to a potential current dependence—one that may yield trade benefits for both nations, despite the associated risks.

Keywords: Brazil; China; Beef export; Dependency and International Trade.

LISTA DE GRÁFICOS

1. Valores da Importação Mundial de Commodities pela China em bilhões de US\$ (2012-2022).....	18
2. Principais Produtos Exportados do Brasil para a China (2012-2022).....	19
3. População Chinesa Total entre 2012 a 2022 (em bilhões).....	20
4. População urbana chinesa de 2012 a 2022 (em milhões).....	21
5. Produto Interno Bruto per capita chinês de 2012 a 2022 (em US\$).....	24
6. Exportações de carne bovina brasileira para a China de 2012 a 2022.....	31
7. Toneladas de carne bovina exportada para a China em 2021.....	32
8. Exportações das principais proteínas brasileiras para a China em milhões de toneladas (2014-2022).....	33
9. PIB do agronegócio brasileiro de 2012 a 2022.....	34

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. A Evolução do Comércio Internacional entre os séculos XV e XX e o crescimento econômicolatino-americano.....	9
3. O aumento da demanda chinesa por commodities do Brasil.....	16
4. O comércio bilateral sino-brasileiro e o aumento da dependência do Brasil do mercado chinês para direcionar suas exportações de carne bovina.....	25
5. Considerações Finais.....	35
6. Referências Bibliográficas.....	36

1. Introdução

De acordo com Krugman e Obstfeld (2018), o comércio global é essencial para o crescimento econômico e a redistribuição de riqueza. A diversidade entre as nações, com suas habilidades e os recursos únicos, impulsiona o comércio, enquanto a economia de escala aumenta a competitividade. Essa dinâmica promove a especialização e a eficiência, favorecendo o crescimento econômico em nível global.

Quando se trata do comércio vinculado ao Brasil, a China tornou-se um grande parceiro comercial do país, principalmente no papel de receptor dos bens agrícolas exportados. O setor agropecuário desempenha um marco fundamental na economia do Brasil, posicionando-se como crucial no equilíbrio do saldo da balança comercial. Vários fatores contribuem para a robustez e a presença internacional da agricultura e pecuária nacionais. Isso inclui uma vasta extensão de terras agricultáveis, um clima favorável, uma geografia propícia e a crescente adoção de tecnologias que impulsionam a produtividade. Além disso, a vocação histórica para o agronegócio, que remonta aos tempos da imigração europeia, desempenhou um papel crucial na formação desse setor.

Neste cenário, a carne bovina brasileira se destaca como um dos principais produtos de exportação do agronegócio. O Brasil se tornou um dos maiores exportadores mundiais desse produto, atendendo a mercados diversos em todo o mundo. A qualidade, a segurança alimentar e a capacidade de suprir uma demanda crescente são alguns dos atributos que fazem da carne bovina brasileira um produto de referência no mercado global. Nesse cenário, o surgimento da China como uma potência econômica de escala global tem dado origem a debates substanciais que se estendem desde o final do século XX até o início do século XXI. Os impactos da economia chinesa no comércio internacional, com implicações diretas para o Brasil, têm sido objeto de análise por uma variedade de especialistas em diversas áreas acadêmicas.

Contudo, a criação de uma relação Brasil-China crônica pode levar a uma dependência brasileira do mercado asiático, visto que a sua produção, no caso sendo observada a de proteína bovina, é massivamente destinada ao mercado chinês, enquanto a demanda chinesa não é suprida somente com os produtos brasileiros. Nesse sentido, o apetite da China por matérias-primas do Brasil aumentou gradualmente ao longo da década de 2000, resultando na adaptação da economia brasileira para atender às demandas comerciais da nação asiática, o que levantou questões sobre uma possível interdependência comercial brasileira.

Posto isto, o presente artigo tem como objetivo analisar um indício de dependência do Brasil em relação ao mercado chinês para a exportação de carne bovina, considerando a significativa participação da China como destino das exportações brasileiras desse produto. A principal questão a ser avaliada está em entender as razões, a temporalidade e a dependência do mercado de exportação de carne bovina brasileiro à China.

A abordagem metodológica proposta nesta pesquisa mescla uma revisão bibliográfica que contempla diferentes teorias do comércio internacional, além de uma análise empírica através dos gráficos realizados. O primeiro passo formador do núcleo teórico do trabalho está na compilação de importantes teorias econômicas sobre o comércio internacional, que abrange desde Adam Smith e David Ricardo até ao modelo Heckscher-Ohlin. Também, serão analisados estudos sobre as exportações de carne bovina brasileira e os relatórios anuais (de 2012 a 2022) da ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes). Por fim, será avaliado a relação entre o crescimento econômico da China e a demanda por carne bovina com o intuito de entender as razões por trás da dependência crescente do Brasil deste mercado.

A pesquisa é descritiva e é baseada na investigação de dados secundários, o que inclui a classificação e o agrupamento de informações relevantes. A análise dos dados quantitativos auxilia na inferência do crescimento das exportações brasileiras de carne bovina à China e os dados qualitativos são usados para contextualizar uma análise holística dessa realidade.

É realizada uma revisão bibliográfica que combina as teorias econômicas de Adam Smith, David Ricardo e Heckscher-Ohlin com uma avaliação detalhada da dinâmica e do desenvolvimento das exportações de proteína bovina brasileira para a China nos últimos dez anos. Nestes termos, o período escolhido inicia em 2012 até 2022, época em que foi possível analisar os impactos inclusive da pandemia de covid-19 e um caso de surto de encefalopatia espongiforme, dois eventos responsáveis por estremecer o comércio de carne bovina brasileira sem o contato com o comprador chinês.

Tal abordagem ajuda a compreender os fatores que impulsionaram a concentração brasileira de produtos agropecuários, especialmente o mercado bovino, em direção ao mercado chinês. Nesse caso, a aplicação das teorias econômicas fornecerá um arcabouço teórico vital para esse entendimento. As ideias de vantagem absoluta de Adam Smith e de vantagem comparativa de David Ricardo ajudarão a descrever como o Brasil se tornou um competidor

especialista na produção de carne bovina. Já o modelo de Heckscher-Ohlin (da Teoria da Dotação Relativa dos Fatores de Produção) permitirá contextualizar como a produção pecuária brasileira e suas vastas pastagens moldaram a posição do Brasil no mercado global. A análise incluirá, principalmente, as razões das flutuações da demanda chinesa por produtos agropecuários. Assim, será possível revelar como e por que o Brasil ajustou sua estratégia para se assimilar à demanda crescente e específica do mercado chinês.

Além disso, em relação à visão de teóricos das relações internacionais, será feita a análise a partir da Teoria da Marxista da Dependência desenvolvida por Ruy Mauro Marini, principalmente da interpretação do autor no que tange ao desenvolvimento histórico de economias latino-americanas. Além das ideias de dependência do mercado de bens primários de Raúl Prebisch.

Posto isto, o trabalho está dividido em 5 seções, cada uma abordando um aspecto específico da relação sino-brasileira no contexto das exportações de carne bovina. A introdução estabelece o contexto teórico do comércio internacional, apresentando a importância da China como principal parceiro comercial do Brasil no setor agropecuário. A seção acerca da evolução do comércio internacional foca na interpretação das teorias econômicas de Adam Smith, David Ricardo e Heckscher-Ohlin, para fornecer um embasamento teórico sobre o comércio internacional e suas implicações, além da inserção da teoria marxista da dependência e a visão de Marini sobre a dependência econômica latino-americana. Em seguida, são apresentadas duas seções as quais têm como principal intuito a análise dos fenômenos que levaram ao aumento das relações sino-brasileiras e instigaram o comércio brasileiro a se escorar no chinês. Por fim, as considerações finais apresentam as conclusões do estudo, destacando a crescente dependência do Brasil em relação à China para o mercado bovino e os desafios dessa relação.

2. A Evolução do Comércio Internacional entre os séculos XV e XX e o crescimento econômico latino-americano.

Para Barral (2007), a evolução do comércio internacional pode ser confundida com a história da evolução humana. O autor infere que desde os séculos anteriores a Cristo, os fenícios, conhecidos como povo do mar e que viveram onde atualmente corresponde-se ao Líbano, Síria e Israel entre 1500 a.C a 300 a.C, já compreendiam as vantagens intrínsecas às

trocas de mercadorias entre regiões com distintas ofertas e demandas. Essa prática milenar revela a percepção intuitiva da importância do comércio na geração de riqueza ao longo da história.

Nota-se que a influência do comércio internacional na criação de riquezas não apenas variou entre diferentes povos, mas flutuou em diferentes momentos dentro da trajetória histórica de uma mesma comunidade. Da mesma forma, as regras do comércio internacional, ao longo de sua evolução, demonstraram uma notável mutabilidade, tanto em termos de conteúdo quanto de relevância, refletindo as nuances e complexidades inerentes às diferentes fases do desenvolvimento econômico global (Barral, 2007).

Ludovico (2007), ressalta a importância de analisar o desenvolvimento do comércio internacional a partir da Idade Moderna, época que foi impactada pela redução das rotas que ligavam as regiões Ocidental e Oriental, as quais dispunham de rotas marítimas nos Oceanos Atlântico e Índico com o intuito de explorar matérias-primas. Nesse mesmo viés, explica-se como as descobertas feitas por espanhóis e portugueses foram responsáveis pelo início do Mercantilismo, o qual, na visão de Sandroni (1999, p. 383), é “uma doutrina econômica que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial (séculos XVI-XVIII), marcado pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais”.

Com esse pensamento, Dias *et al.* (2010) descrevem a atividade mercantilista como responsável pela formação de uma economia global e pela consolidação de uma inovadora estrutura política: o Estado nacional. O estabelecimento de uma economia mundial a partir de tal regime não apenas impulsionou as trocas comerciais entre nações, mas teceu as bases para uma interdependência econômica global. Portanto, é possível considerar o Mercantilismo como a teoria pioneira daquilo que seria um amplo comércio internacional e o responsável por abrir espaço para o entendimento da economia mundial em diversos ângulos e opiniões, com a constituição de teorias econômicas.

Assim, com o desenvolvimento e elaboração do comércio internacional, Oliveira (2008) salienta que a percepção do comércio evoluiu para ser reconhecido como um meio de harmonizar as interações entre as nações, uma vez que, em princípio, elas mantêm uma relação comercial e de interdependência que tendem a cultivar ambientes mais propícios à paz, desempenhando assim um papel de regulador nas relações internacionais.

Nesse sentido, Czinkota e Ronkainen (2008), apontam que as exportações desempenham um papel crucial na manutenção do equilíbrio do saldo da balança comercial, na criação de oportunidades de emprego e no fomento do crescimento econômico. Nesse contexto,

a atividade exportadora contribui significativamente para a estabilidade econômica, especialmente em períodos de crise, conferindo uma maior segurança em comparação com nações que não se dedicam à exportação. A diversificação dos parceiros comerciais, por sua vez, emerge como um fator determinante na redução da vulnerabilidade do mercado, promovendo uma maior resiliência diante de desafios econômicos.

Como resultado, é nítido que a teoria dos mercantilistas tinha limitações consideráveis e, assim, Adam Smith desenvolveu sua explicação sobre o que ele acreditava ser uma economia. Os mercantilistas enfatizavam a acumulação de metais preciosos e, portanto, utilizavam um superávit na balança comercial, o que, por sua vez, gerava políticas protecionistas e altas tarifas que prejudicavam a eficiência econômica. Além disso, os mercantilistas acreditavam em intromissões do governo e não levavam em conta a importância da produtividade e do trabalho na geração de riqueza.

Em sua obra “A Riqueza das Nações”, datada de 1776, Smith introduz a teoria das Vantagens Absolutas, ou seja, uma nação deve se especializar na produção de bens em que sua produção será maior e com um menor custo. Com o crescimento da produção, o comércio internacional será incentivado, visto que os países podem trocar o excedente da sua produção doméstica com demais nações. Desse modo, o comércio internacional se beneficiaria e aumentaria a riqueza das nações (Smith, 1996). Em relação a teoria mercantilista, Smith acrescentou conceitos como “mão invisível”, indicando que o interesse próprio leva à prosperidade social, e promove a concorrência livre e a especialização, alegando que a riqueza da nação inteira não depende apenas da boa produção, mas também da eficiência e da quantidade de sua produção.

Ademais, Smith propôs em sua teoria a ideia de fator de produção de trabalho, o qual refere-se à força de trabalho disponível e à sua capacidade de transformar matérias-primas em produtos finais. Smith destacou a importância da divisão do trabalho como uma forma de aumentar a produtividade. Através da especialização, os trabalhadores se tornam mais eficientes, o que aumenta a produção total. A divisão do trabalho permite que as tarefas sejam subdivididas em processos mais simples, economizando tempo e aumentando a habilidade em cada etapa da produção.

Faro e Faro (2010) delineiam que as interações econômicas globais prosperam apenas quando o custo do processo produtivo em um país é substancialmente inferior ao de seus pares. Em consonância com a Teoria das Vantagens Absolutas, os autores destacam a capacidade de uma nação em gerar um bem ou serviço de maneira mais eficiente, reduzindo o tempo de

produção em comparação com outros países. Esta eficácia intrínseca posiciona o país como um participante mais vigoroso no cenário internacional, consolidando sua competitividade e influência nos mercados globais (Smith *apud* Faro; Faro, 2010).

Dias *et al.*, (2002), também analisam a teoria de Adam Smith. A abordagem dos mesmos não apenas confere vantagens competitivas ao país produtor, mas resulta em benefícios significativos para os compradores. A teoria de Smith sobre o comércio internacional, conforme discutido por esses autores, destaca a importância de cada nação focar em produzir aquilo que pode realizar a um custo mais baixo do que qualquer outra região do mundo. Esse enfoque não apenas promove o desenvolvimento do país exportador, mas estabelece uma dinâmica benéfica para os importadores, gerando vantagens recíprocas entre diferentes nações (Dias; Cassar; Rodrigues, 2002).

Para David Ricardo, o comércio internacional poderia se beneficiar mesmo que determinado país possuísse vantagem absoluta na produção de todos os bens se comparado com outra nação. Ricardo explica então que um país não precisa de uma vantagem absoluta em um bem produzido para se beneficiar, mas sim de uma vantagem comparativa. “O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho” (Ricardo, 1817).

A partir da teoria de Ricardo, Faro e Faro (2010) sustentam a ideia de que o sucesso no cenário econômico global não se resume apenas à eficiência temporal, mas também à especialização no processo produtivo, garantindo uma vantagem comparativa significativa em relação aos parceiros comerciais. Isso implica a importação de produtos nos quais uma nação é menos eficiente em sua produção, mesmo que detenha a capacidade de fabricá-los internamente (Faro; Faro, 2010).

Essa abordagem estratégica visa otimizar recursos e fortalecer a competitividade no mercado internacional. Adicionalmente, argumenta-se que nações mais tecnologicamente avançadas direcionam seus esforços para a produção de bens industrializados, enquanto aquelas menos desenvolvidas deveriam concentrar-se em produtos primários, independentemente do valor agregado. Dessa forma, cada país se especializaria em suas áreas de expertise, promovendo uma interdependência benéfica por meio de trocas comerciais (Faro; Faro, 2010).

Dias *et al.*, (2002), destacam a perspectiva da teoria Ricardiana enfatizando que uma relação de troca duradoura entre dois países deve concentrar-se em produtos nos quais ambos

demonstrem competitividade. Os autores sustentam que a continuidade das relações comerciais é viabilizada pela reciprocidade na capacidade de produção e venda. Alertam que, caso um país assuma exclusivamente o papel de vendedor e o outro o de comprador, as relações tendem a estagnar, uma vez que o primeiro acumulará capital enquanto o segundo enfrentará limitações financeiras para continuar comprando. Essa visão ressalta a importância da interdependência e da complementaridade na troca comercial para garantir uma dinâmica sustentável e equilibrada entre as nações envolvidas (Dias; Cassar; Rodrigues, 2002).

A contribuição de Eli Heckscher e Bertil Ohlin, (teoria da Dotação Relativa dos Fatores de Produção ou Teoria das Proporções dos Fatores) de 1933, explica porque as nações possuem diferentes proporções disponíveis daquilo que é necessário para a produção de algum bem. Dessa maneira, é investigado a proporção disponível de trabalho e capital que são necessários para produzir um bem agrícola e/ou industrializado. Para Heckscher-Ohlin, os países exportarão os bens que possuem abundância relativa nos fatores de produção e importarão as mercadorias que apresentam fatores relativamente escassos, o que tenderá a impulsionar o comércio internacional. Nesse sentido, a vantagem que uma nação apresenta gera competitividade com outra que possa se especializar no mesmo ramo (Krugman, 2015).

Essa teoria se destaca ao divergir do modelo proposto por David Ricardo, oferecendo uma abordagem distinta para o comércio inter-regional e identificando os fatores determinantes das vantagens comparativas. Conforme delineado por Krugman e Obstfeld (2009), neste paradigma, a busca por vantagens no comércio internacional leva os países a se especializarem na produção de bens que utilizam matérias-primas ou recursos relativamente abundantes em seus territórios, delegando a outros a produção daquilo que escasseiam (Krugman; Obstfeld, 2009).

Austrália e Inglaterra são citadas como exemplificações claras dessa teoria. A extensa territorialidade da Austrália, combinada com uma baixa densidade demográfica, a posiciona como um país com vasta extensão e escassez de mão de obra. Em contraste, a Inglaterra, com sua limitada extensão territorial e alta densidade populacional, destaca-se pela abundância relativa de mão de obra em detrimento da área disponível. Dessa forma, o modelo proposto sugere que a Austrália deve concentrar-se na produção de bens agrícolas e minerais, enquanto a Inglaterra direciona seus esforços para as manufaturas (Krugman; Obstfeld, 2009).

Neste contexto, Brasil e China é um outro exemplo relevante em que são parceiros comerciais que se complementam, pois cada país tem vantagem comparativa na produção de bens diferentes, prevalecendo mais um comércio interindústria que intra-indústria. Ou seja,

China tem vantagem comparativa na produção do bem industrializado enquanto Brasil na produção de bem agrícola. A troca de um bem agrícola por um bem industrializado (ou vice-versa) faz com que o comércio interindústria ocorra. (Krugman; Obstfeld, 2009).

Ademais, no que tange o desenvolvimento latinoamericano e expansão capitalista, Marini (1973) analisa o desenvolvimento do capitalismo de maneira abrangente, interpretando a América Latina sob a ótica do marxismo. Ele investiga a formação, a consolidação e a expansão do modo de produção capitalista na região, considerando a dinâmica de acumulação de capital em nível global. Nesse sentido, o avanço do capitalismo no Brasil e na América Latina é visto como parte integrante do processo mais amplo de desenvolvimento capitalista mundial.

Entretanto, desde seu surgimento, o desenvolvimento do capitalismo tem sido caracterizado por desigualdades entre as diferentes economias globais. Marini (1973) aponta que essa desigualdade resulta na subordinação de algumas economias em relação a outras. Dessa forma, segundo sua perspectiva teórica, as estruturas produtivas das economias latino-americanas se organizam em função do processo de acumulação de capital das economias centrais. Essa relação, que combina elementos de complementaridade e antagonismo entre as economias centrais e periféricas ao longo da história do capitalismo, se manifesta como um fenômeno de dependência.

Dessa maneira, cabe ressaltar a Teoria da Dependência Marxista, utilizada por Marini (1973) para traçar seus pensamentos. Tal teoria consistiu na análise das estruturas sociais internas dos países latino-americanos, bem como das relações de classes estabelecidas com os centros imperialistas, compreendendo tais fatores como elementos constitutivos e interdependentes no processo de aprofundamento das desigualdades sociais e da superexploração da força de trabalho. Dessa forma, no âmbito da referida teoria, a superexploração da força de trabalho configura-se como um elemento estrutural e distintivo das economias periféricas, representando uma forma pela qual o capitalismo dependente responde às distintas modalidades de transferência de valor em favor das economias centrais (Carcanholo, 2013, p. 191).

Já Duarte e Graciolli (2007) citam que a Teoria da Dependência emergiu no contexto histórico da América Latina no início da década de 1960, com o propósito de oferecer uma interpretação crítica do desenvolvimento socioeconômico regional, especialmente a partir do processo de industrialização iniciado entre as décadas de 1930 e 1940. No campo teórico, essa abordagem buscava compreender a reprodução do capitalismo nos países periféricos,

evidenciando como esse sistema aprofundava desigualdades políticas, econômicas e sociais entre nações centrais e periféricas. Segundo essa perspectiva, o desenvolvimento de determinadas economias condicionava estruturalmente o subdesenvolvimento de outras, configurando uma dinâmica assimétrica no sistema internacional.

Em paralelo, os autores mencionam que a Teoria do Desenvolvimento, que antecede a formulação da Teoria da Dependência, procurava interpretar o fenômeno do desenvolvimento a partir da superação do colonialismo, da constituição de novos Estados nacionais e da emergência de burguesias locais interessadas em integrar-se ao mercado global. Fundamentada nas concepções de modernidade e racionalidade econômica, essa teoria explicava as desigualdades internacionais com base na evolução dos setores produtivos – primário, secundário e terciário –, concebendo o desenvolvimento como um processo linear e cumulativo. Assim, os países desenvolvidos representariam o estágio mais avançado dessa trajetória, enquanto as nações periféricas estariam em fases iniciais, caracterizadas por baixa industrialização e limitada complexidade produtiva, sendo, portanto, passíveis de alcançar o mesmo nível de desenvolvimento mediante a adoção de estratégias adequadas (Duarte; Graciolli, 2007).

Nesse viés, Duarte e Graciolli (2007) identificam que a Teoria da Dependência considera que desenvolvimento e subdesenvolvimento são realidades simultâneas, estruturalmente interligadas, porém antagônicas. Nessa concepção, o subdesenvolvimento não é entendido como ausência ou insuficiência de desenvolvimento, mas como resultado direto e funcional da expansão do capitalismo global, assumindo, portanto, uma forma específica e estruturalmente determinada de capitalismo. A partir dessa abordagem, as relações de dependência não se restringem ao plano comercial, como sustentavam os teóricos do desenvolvimentismo, mas se manifestam em esferas mais amplas e complexas, tais como os fluxos internacionais de capital, sobretudo por meio dos investimentos diretos estrangeiros, e a persistente dependência tecnológica dos países periféricos em relação aos centros desenvolvidos. Além desses elementos, o imperialismo é concebido como um fator estrutural que atravessa e molda tanto a economia quanto a sociedade das nações dependentes, consolidando um modelo de inserção subordinada dessas economias no sistema capitalista internacional. A articulação entre esses diferentes mecanismos evidencia que a inserção da América Latina no cenário econômico global ocorre sob condições de assimetria e subordinação, que perpetuam sua condição de dependência.

No que tange a teoria de Prebisch sobre a dependência econômica latino-americana, o economista foi um dos principais responsáveis pela difusão do termo centro-periferia. Entende-se então, grosso modo, que os países desenvolvidos, caracterizados pela produção de bens manufaturados, compõem o que se denomina Centro, enquanto os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, cuja economia é baseada majoritariamente na exportação de bens primários, formam a Periferia (Couto, 2007).

Logo, segundo Floto (1989) pode-se considerar que a divisão entre centro e periferia é resultado histórico da forma como o progresso técnico se disseminou na economia mundial, originando estruturas produtivas distintas e funções econômicas diferenciadas em cada uma dessas regiões dentro do sistema global.

Assim, Prebisch ao analisar os elementos que compõem o sistema capitalista mundial — os centros industriais e os países periféricos exportadores de produtos primários —, Prebisch identificou que o desequilíbrio externo das economias periféricas estava diretamente relacionado à sua especialização em atividades primárias. Diante disso, defendeu a industrialização como o principal caminho para o desenvolvimento. Essa conclusão se baseava em evidências empíricas, especialmente no surto industrial ocorrido na América Latina após a Grande Depressão da década de 1930. Segundo Prebisch, o desenvolvimento econômico da periferia só seria viável por meio da industrialização voltada à substituição de importações para atender ao mercado interno, sem, no entanto, negligenciar as exportações de produtos primários. Já no início dos anos 1960, o autor reconheceu que a substituição de importações, por si só, era insuficiente, sendo necessário incorporar também as exportações de bens manufaturados ao processo industrializador (Couto, 2007).

3. O aumento da demanda chinesa por commodities do Brasil

Ao analisar a história da nação chinesa, observa-se que na era “pré-moderna” (por volta de 1200) ela foi considerada líder naquilo que tange economia e tecnologia e atingiu seu auge durante a dinastia Song. Contudo, o país asiático perdeu sua posição de liderança para a Europa Ocidental e, entre 1500 e 1800, seu PIB se estagnou. Alguns cientistas atribuem essa queda à instauração de sistemas políticos voltados para o âmbito interno do país, como a dinastia Ming (1369-1644) e Qing (1644-1911) (Zhu, 2012).

Em outubro de 1949, foi então instaurada a República Popular e, no início da década de 50, o processo de industrialização do país se iniciou. Contudo, somente em 1978 o PIB

chinês voltou a ascender mais de 8% ao ano. Zhu (2012) traz que foram dois os motivos para o tamanho do crescimento do produto chinês: i. acúmulo de capital, de 1952 a 1978 e; ii. crescimento da produtividade como consequência do acúmulo de capitais a partir de 1978. Dessa maneira, foi a partir do investimento em capital físico e humano, além do investimento em educação, que o PIB chinês alavancou a partir de 1952. Após 1978, o governo optou por seguir uma política de “reforma e abertura”, ou seja, revisou-se as reformas institucionais e econômicas, as quais ocorreram de maneira gradual, experimental e sistemática, nos setores de agricultura, defesa nacional, indústria e ciência e tecnologia (Zhu, 2012).

Somente em 1984, uma decisão crucial foi tomada no 3º Plenário do 12º Congresso do Partido Comunista Chinês, marcando uma fase de liberalização mais acentuada no comércio exterior e no investimento estrangeiro. Essa etapa pode ser considerada como a segunda fase do processo de reformas, visando uma integração mais profunda da China na economia global, com ênfase especial na produção de bens exportáveis. Essa abertura se manifestou principalmente no âmbito do comércio, abrangendo tanto importação quanto exportação, por meio do estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) (Tusco, 2010).

Nesse sentido, a abertura do comércio chinês atraiu significativos investimentos, uma vez que o governo oferecia condições essenciais para a instalação de empresas, incluindo subsídios, além de uma abundância de mão de obra barata e qualificada. Esse período marcou uma fase crucial de transformação econômica e integração global para a China. Ademais, as tarifas chinesas foram reduzidas constantemente no período de 1992 a 2014 passando de 39,7% para 7,57%, favorecendo a instalação de novas indústrias e consequentemente a redução do desemprego no país asiático (World Bank, 2024).

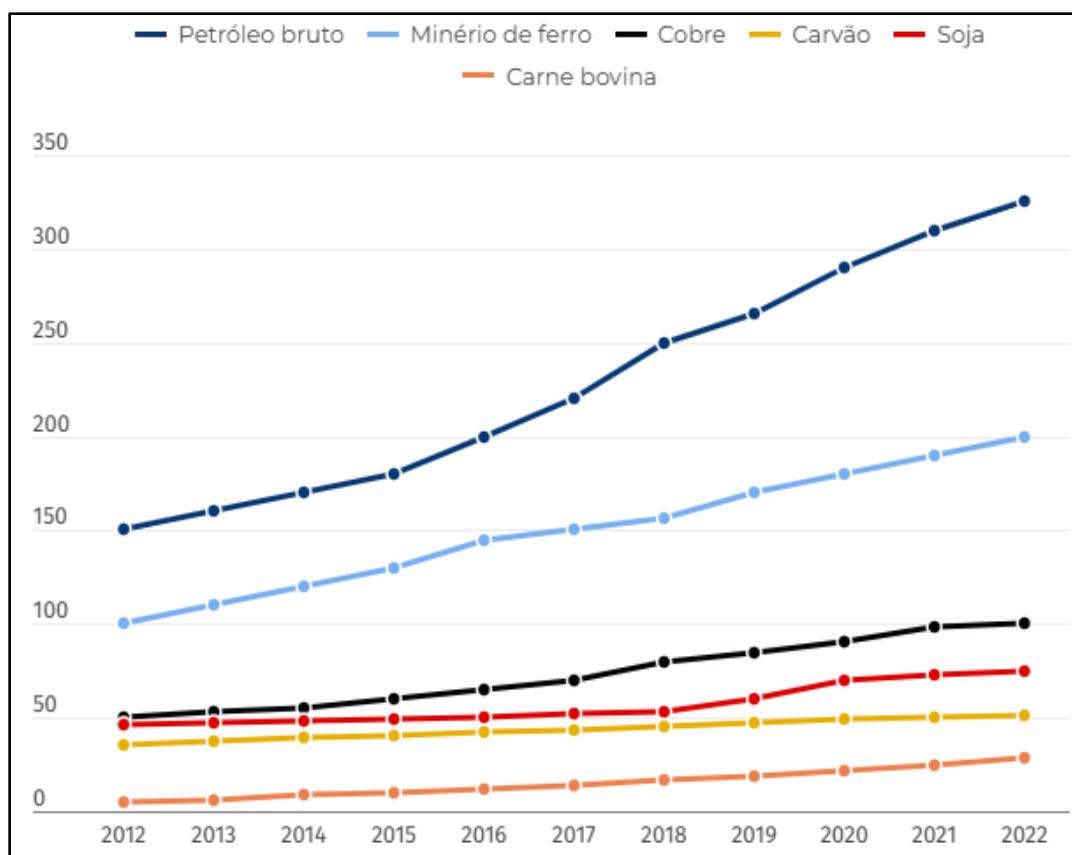
Contudo, segundo Vieira *et al.* (2016) o notável crescimento da China e sua rápida transição estrutural de uma sociedade predominantemente rural para uma economia urbanizada e industrializada revelaram desafios à política tradicional de autossuficiência alimentar do país. Diante dessa transformação, a China se viu compelida a adotar uma abordagem mais aberta em relação ao mercado de alimentos, especialmente no que diz respeito à importação de produtos agrícolas, como soja e carne bovina. Essa mudança reflete a necessidade de suprir a crescente demanda interna por alimentos, enquanto a urbanização e a mudança nos padrões de consumo impactam a produção agrícola doméstica. O movimento em direção a uma abertura seletiva do mercado de alimentos destaca a adaptação dinâmica da China diante das complexidades do cenário econômico global.

Ademais, a partir de 2002, a China iniciou uma robusta estratégia de investimento em sua indústria de base, adotando amplamente o uso intensivo de capital. Esse investimento estava centralizado na busca por matérias-primas essenciais, incluindo minerais, metais e fontes de energia. Com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico e atender à crescente demanda por recursos, a China estabeleceu parcerias estratégicas com países ricos em *commodities* na América Latina e em outros continentes. Essa abordagem não apenas fortaleceu os laços econômicos entre China e diversas nações, mas também contribuiu para a formação de uma rede global de abastecimento, assegurando um suprimento estável de matérias-primas essenciais para sustentar o vigoroso desenvolvimento industrial chinês. Essa fase marcou um ponto crucial na interconexão econômica global, com a China desempenhando um papel fundamental na configuração da dinâmica do comércio internacional (Ferchen, 2010).

Nesse contexto, ao analisar o período de 2012 a 2022, pode-se citar vários elementos que endossam a crescente necessidade chinesa da importação de *commodities*. Em relação ao desenvolvimento econômico e à industrialização chinesa, a China passou por um processo acelerado de desenvolvimento econômico, industrialização e urbanização nas últimas décadas, consolidando-se como uma das maiores economias globais.

O gráfico 1 apresentado é condizente com os dados coletados no *World Bank* a respeito dos valores (em bilhões de US\$) das importações feitas pela China advindas de todo o globo. Apresentam-se então os índices de importação referentes ao período de 2012 a 2022 em relação ao petróleo bruto, minério de ferro, cobre, carvão, soja e carne bovina. Desse modo, é possível ver o crescimento entre diferentes naturezas dos produtos importados pela China, com a predominância clara de produtos vinculados à natureza energética. Contudo, é possível notar a ascendência da curva relacionada à importação de carne bovina e soja, produtos destinados à alimentação da população chinesa.

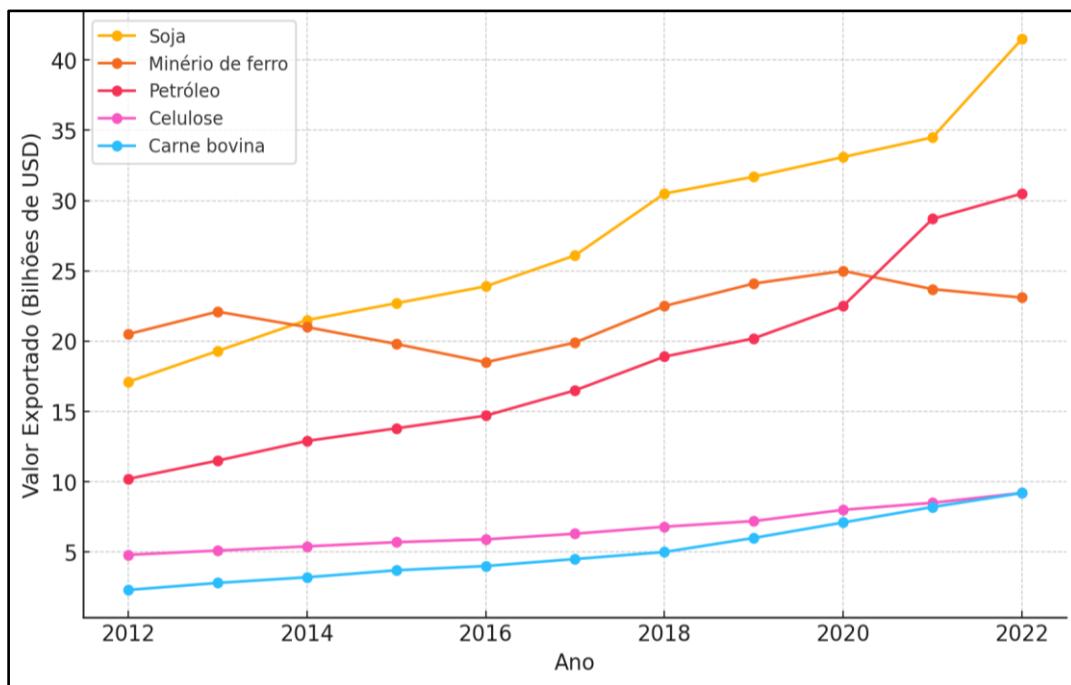
Gráfico 1 – Valores da Importação Mundial de Commodities pela China em bilhões de US\$ (2012-2022)



Elaboração própria. Fonte: World Bank (2024)

Já no gráfico 2, salienta-se os produtos brasileiros com destino ao país asiático entre 2012 e 2022. O país latino-americano tem como principais produtos exportados para a China a soja, o minério de ferro, o petróleo, a celulose e a carne bovina. Nesse viés, nota-se que o gráfico 2 se assemelha em constituição aos produtos mostrados no gráfico 1.

Gráfico 2: Principais Produtos Exportados do Brasil para a China (2012-2022)



Elaboração própria. Fonte: Apex Brasil (2024)

A partir dos gráficos 1 e 2, fica clara a associação de que os produtos mais exportados pelo Brasil estão diretamente ligados às *commodities* mais importadas pela China, o que inclui a carne bovina. Desse modo, endossa-se o fato de que a nação chinesa começou a importar mais produtos brasileiros, por motivos que podem estar escorados no crescimento contínuo e rápido de sua população e sua economia, urbanização e expansão comercial, escassez de recursos domésticos, mudança nos padrões de consumo, necessidade de energia e estratégia de segurança de abastecimento.

É possível notar que o petróleo, ano após ano, se manteve como maior *commodity* importada pela China, seguido do minério de ferro e cobre, ou seja, três importantes produtos responsáveis pelo abastecimento energético do país de 2012 a 2022. Contudo, a melhor análise a ser feita é sobre o aumento da importação da carne bovina entre o período analisado. Em 2012, tal importação era praticamente ínfima, sofrendo pequenos aumentos ao longo dos anos. Entretanto, são aumentos que podem ser facilmente detectáveis no gráfico 1. O crescimento então da importação por parte da China da proteína bovina se deu principalmente pelo aumento contínuo da população e pela mudança nos hábitos alimentares da população asiática analisada.

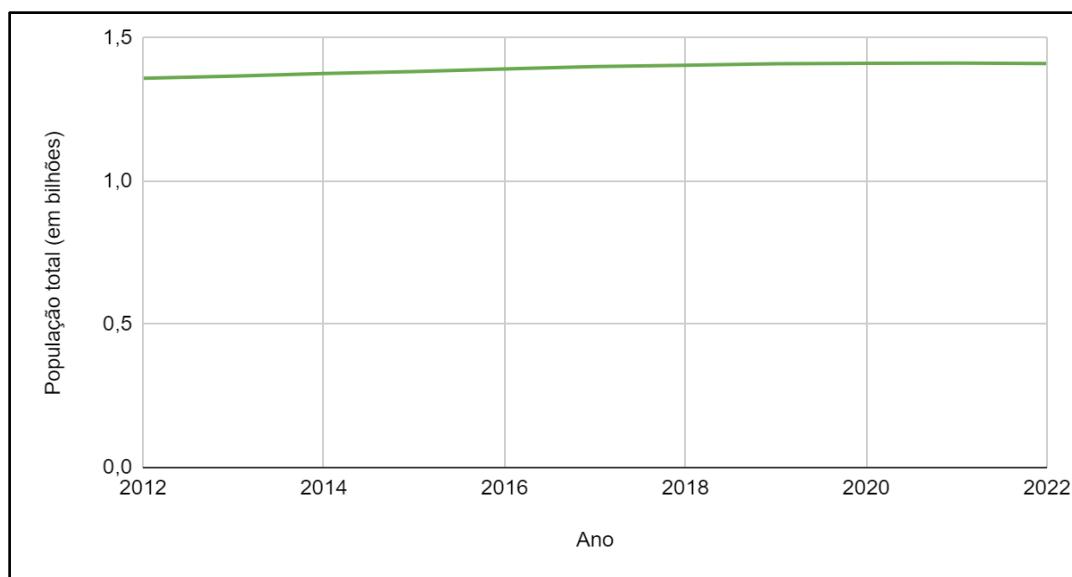
Ao se adicionar a análise do gráfico 2, relacionado especificamente com produtos de origem brasileira destinados à China, nota-se ainda a tendência de enorme volume de

exportação destinado ao setor de energia, como o evento analisado no gráfico 1. Todavia, é a soja o produto brasileiro mais exportado para o mercado chinês, fazendo gancho à necessidade alimentar da população. Nesse viés, a carne bovina brasileira ganhou ao longo da década analisada espaço no mercado da China. Em 2022, inclusive, se assimilou com a exportação de celulose brasileira, a qual sempre esteve em quantidades exportadas acima da proteína bovina. Logo, é possível perceber o aumento do direcionamento da carne brasileiro ao mercado chinês.

Além disso, desde o início das reformas econômicas em 1978, o país tem apresentado um crescimento anual médio de cerca de 10%, impulsionado por investimentos maciços, especialmente em infraestrutura e indústria pesada. A urbanização rápida acompanhou esse crescimento, com a população urbana saltando de 19% em 1980 para 50% em 2011. Durante o período analisado no presente trabalho, a população urbana chinesa continuou a crescer e a ser mais que 50% da população chinesa, como mostrado nos gráficos a seguir (Coates; Luu, 2010).

O próximo gráfico apresentado é referente ao aumento da população total chinesa no período analisado pelo trabalho. Nota-se que a população do país em 2012 já superava 1 bilhão de pessoas e continuou a crescer ao longo da década.

Gráfico 3: População Chinesa Total entre 2012 a 2022 (em bilhões)

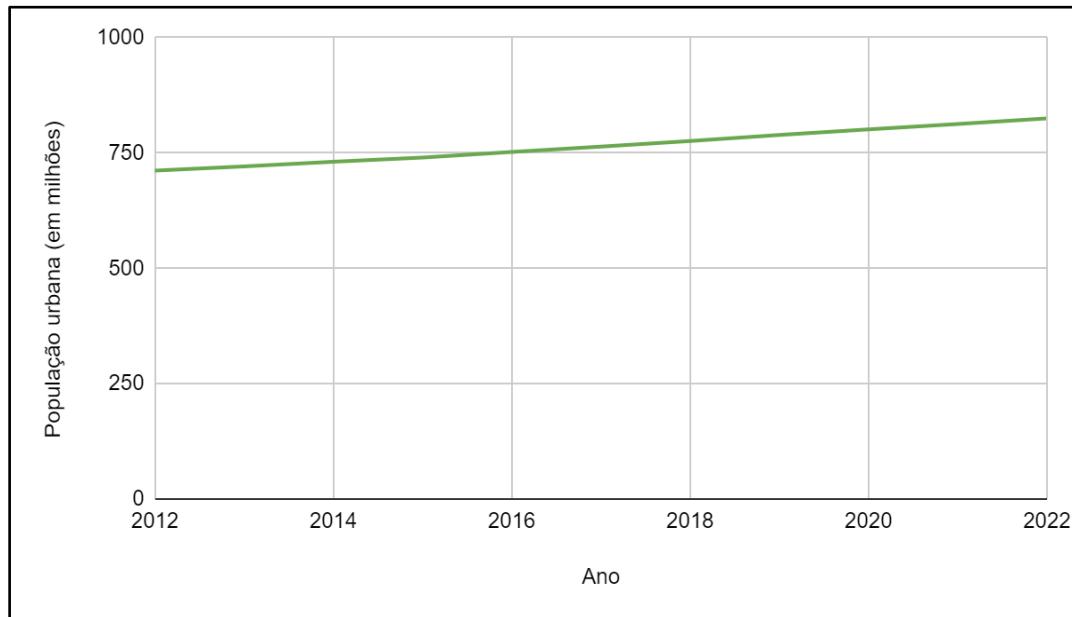


Elaboração própria. Fonte: National Bureau of Statistics of China (2024)

Já o gráfico 4 traz a quantidade populacional chinesa nas cidades, já que certa parcela da população ainda se encontra no campo. É possível perceber certo aumento do êxodo rural entre 2012 e 2022. Em 2012, a população chinesa total era de, aproximadamente, 1,35 bilhão de habitantes, com uma parcela de 700 milhões de pessoas nas cidades. Já ao se analisar 2016, a população total chinesa era de, aproximadamente, 1,36 bilhão de pessoas, contudo, na cidade já haviam mais de 787 milhões de habitantes.

Em 2022, o processo continuou o mesmo, já que o país atingiu a marca de mais de 1,41 bilhão de habitantes, com, aproximadamente, 898 milhões deles nas cidades. Percebe-se então que a tendência de abandonar o campo não se arrefeceu, aumentando o fluxo nas cidades e, consequentemente, gerando maiores necessidades de fornecimento de produtos à população.

Gráfico 4: População urbana chinesa de 2012 a 2022 (em milhões)



Elaboração própria. Fonte: World Bank (2024)

Além disso, a industrialização da China, orientada para a manufatura e construção, foi fundamental para sustentar esse avanço, tornando o país o maior consumidor mundial de diversos metais e outros insumos industriais. Esse processo resultou em mudanças significativas no padrão de vida da população, à medida que a renda per capita aumentou e a China se transformou em um grande consumidor global, com forte impacto nos mercados internacionais de commodities. Assim, a trajetória de industrialização e urbanização da China não apenas remodelou sua própria economia, mas também influenciou profundamente as dinâmicas globais de produção e comércio (Coates; Luu, 2010).

Outro fator importante para a necessidade chinesa de commodities foi o desenvolvimento industrial chinês. O processo do país asiático foi impulsionado por um modelo econômico voltado para a manufatura e construção pesada, consolidando a China como um dos maiores consumidores e produtores globais de metais e outros insumos industriais. O país tornou-se o maior produtor mundial de aço e exportador líquido de aço e alumínio, embora ainda dependa de importações significativas de cobre e minério de ferro. Dessa maneira, sua produção é focada em materiais pesados da indústria, o que torna escassa a presença de *commodities* na nação, fato que implica na necessidade de importação das mesmas (Coates; Luu, 2010).

A crescente demanda de recursos energéticos para suprir o país também aumenta a demanda chinesa dos produtos. A crescente demanda energética da China é um reflexo direto de seu rápido crescimento econômico e industrialização. Desde o início dos anos 2000, a China se tornou o maior consumidor mundial de energia, com destaque para o carvão, que responde por cerca de 70% de suas necessidades energéticas. O aumento na demanda por petróleo e gás natural também foi significativo, impulsionado pela expansão da infraestrutura, urbanização e o crescimento do setor de transportes. Mesmo com grandes reservas internas de carvão e uma crescente produção de energia, a China ainda precisa importar grandes volumes de petróleo e gás natural para atender à sua demanda (Coates; Luu, 2010).

Nesse viés, Coates e Luu (2010) analisam que a demanda de energia da China no futuro continuará a crescer, impulsionada pela urbanização, industrialização e aumento do consumo doméstico, o que reitera a ideia de que a China continuará se escorando em *commodities* importadas. Os autores estimam que, até 2035, a China será o maior consumidor mundial de energia, especialmente de petróleo, carvão e gás natural, embora o consumo per capita ainda permaneça abaixo do de países como os Estados Unidos. A demanda por eletricidade também deve triplicar nesse período, exigindo grandes investimentos em infraestrutura energética. Embora o país esteja se esforçando para aumentar a eficiência energética e diversificar sua matriz com fontes renováveis, a transição para uma economia menos dependente de combustíveis fósseis será gradual, mantendo a China como um ator-chave nos mercados globais de energia.

Por fim, para análise da principal *commodity* analisada no presente trabalho, a demanda agrícola da China tem crescido significativamente nas últimas décadas, impulsionada pelo aumento da renda per capita, urbanização e mudanças nos padrões alimentares. À medida que a população chinesa migra para as áreas urbanas e a classe média cresce, há uma mudança clara

na dieta, com uma maior demanda por alimentos ricos em proteínas, como carnes e laticínios, em detrimento dos grãos básicos tradicionais .

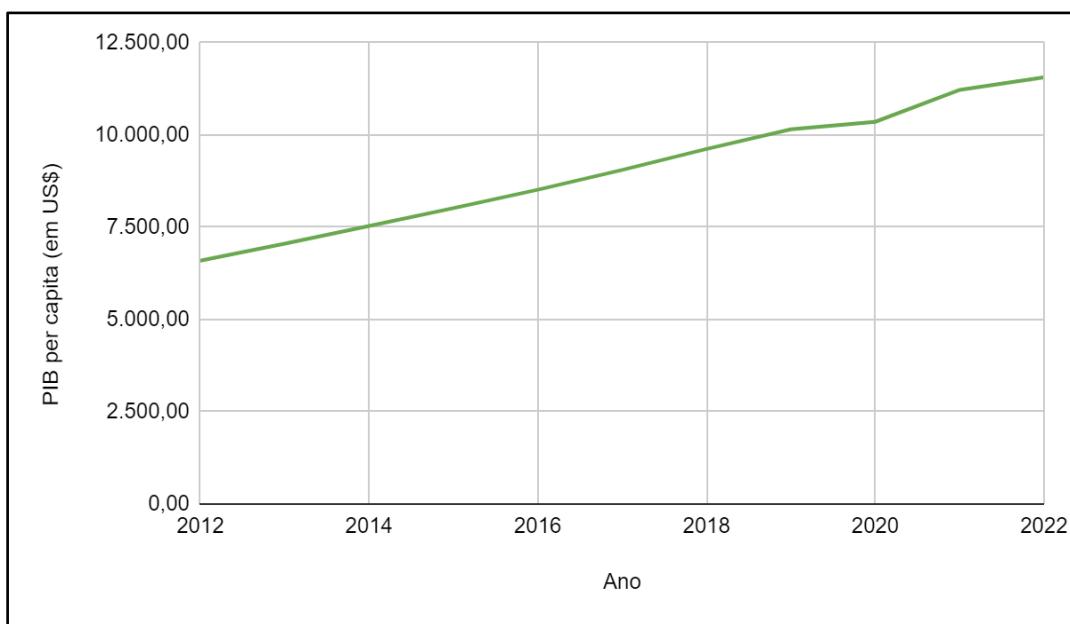
Esse aumento no consumo de produtos de origem animal elevou a necessidade de grãos para alimentação de rebanhos, especialmente soja e milho, dos quais a China é o maior importador mundial de soja. Embora o país seja um grande produtor agrícola, sua capacidade de atender à demanda interna é limitada pela disponibilidade de terras e pela migração de mão de obra rural para as cidades, forçando o aumento das importações. Esse cenário coloca a China como um ator central no comércio global de *commodities* agrícolas, com implicações significativas para os mercados internacionais.

O papel da China no comércio agrícola global é cada vez mais proeminente, à medida que o país se tornou o maior importador mundial de commodities como soja e um comprador significativo de milho e carnes. A crescente demanda por alimentos mais ricos em proteínas, resultado da urbanização e do aumento da renda per capita (como mostra o gráfico 5 a seguir), transformou a China em um ator central nos mercados globais de produtos agrícolas.

O país depende fortemente de importações para suprir a necessidade de ração animal, como soja, e para complementar sua produção doméstica, que, apesar de robusta, não é suficiente para atender à crescente demanda interna. Além disso, as políticas agrícolas chinesas e o foco em garantir a segurança alimentar têm impulsionado uma maior integração com mercados internacionais, especialmente com grandes exportadores como Brasil e Estados Unidos, reforçando a importância da China como uma das principais forças motrizes do comércio agrícola global (Coates; Luu, 2010).

O gráfico 5 apresentado enfatiza o crescimento do Produto Interno Bruto per capita chinês em US\$. Nota-se que em meados de 2018 o PIB per capita superou os 10 mil dólares, ou seja, houve um aumento de mais de 2.500 dólares em um prazo de 4 anos. Dessa maneira é possível identificar um enriquecimento da população e maior distribuição de renda.

Gráfico 5: Produto Interno Bruto per capita chinês de 2012 a 2022 (em US\$)



Elaboração própria. Fonte: World Bank (2024)

Segundo Pekkanivew (1975), a melhoria econômica é fator preponderante na mudança de padrões de consumo alimentar. Dessa maneira, com o aumento da renda da população é normal que haja uma melhoria em sua alimentação, diretamente ligado ao maior consumo de proteínas em busca de aumentar sua nutrição. Assim, conclui-se que o enriquecimento da população, associado ao aumento da urbanização chinesa, contribuiu ativamente para aumentar os números da importação chinesa de *commodities* relacionadas à nutrição urbana, tais como a carne bovina.

Outrossim, as perspectivas futuras para a demanda agrícola na China indicam um crescimento contínuo, impulsionado pela urbanização acelerada, aumento da renda e mudanças nos padrões alimentares. À medida que mais chineses passam a consumir dietas mais ricas em proteínas, como carnes e laticínios, a demanda por grãos para alimentação animal, especialmente soja e milho, deve continuar a crescer de forma significativa. Embora a China esteja investindo em aumentar a produtividade agrícola doméstica, as limitações de terra e a migração da mão de obra rural para as cidades fazem com que o país dependa cada vez mais de importações para suprir suas necessidades.

Nesse sentido, a China continuará a desempenhar um papel central nos mercados globais de *commodities* agrícolas, com grandes implicações para os principais países exportadores e para a estabilidade dos preços globais de alimentos. Coates e Luu (2010),

especulam em seu artigo que a crescente interdependência entre a China e seus parceiros comerciais deverá moldar o futuro das cadeias globais de fornecimento de alimentos.

Ademais, a ascensão da China à condição de potência econômica global tem provocado transformações profundas na ordem política e econômica internacional, refletindo-se de forma particularmente significativa nas relações comerciais com a América Latina. Um dos desdobramentos mais evidentes desse processo foi a intensificação do fluxo comercial entre a China e os países latino-americanos (Acioly; Pinto; Cintra, 2009; Jenkins, 2010). No estágio inicial dessa aproximação econômica, a China se destacou como uma demandante intensiva de insumos produtivos, especialmente de matérias-primas de origem primária, o que favoreceu a ampliação das exportações latino-americanas. Essa dinâmica inicial também teve impacto direto sobre os balanços comerciais da região, que passaram a ser fortemente influenciados pelo comportamento da demanda chinesa. Assim, a reconfiguração dos fluxos comerciais resultante da ascensão chinesa não apenas estreitou os vínculos entre a Ásia e a América Latina, como também evidenciou a crescente centralidade da China na economia global contemporânea.

4. O comércio bilateral sino-brasileiro e o aumento da dependência do Brasil do mercado chinês para direcionar suas exportações de carne bovina.

A relação bilateral entre Brasil e China teve seu marco inicial em 1974, quando o Brasil reconheceu oficialmente a República Popular da China, estabelecendo laços diplomáticos formais. No entanto, foi a partir dos anos 1990 que essa parceria ganhou maior relevância no cenário global, com a assinatura da Parceria Estratégica em 1993. Esse acordo marcou o início de uma cooperação mais profunda em áreas como comércio, tecnologia e cultura, refletindo o desejo de ambos os países em ampliar suas interações no contexto internacional (Biato Júnior, 2010).

O comércio entre os dois países se expandiu significativamente com o crescimento da demanda chinesa por *commodities* brasileiras, especialmente soja, minério de ferro e petróleo. A China, em sua trajetória de industrialização e urbanização acelerada, tornou-se o principal destino das exportações brasileiras. A soja, utilizada para alimentar a crescente produção de carne suína na China, e o minério de ferro, fundamental para a indústria de construção e manufatura, consolidaram-se como pilares dessa relação. O Brasil, por sua vez, beneficiou-se

enormemente desse *boom* das *commodities*, que impulsionou o crescimento de seu saldo da balança comercial.

A partir de 2002, a China embarcou em um vigoroso impulso de investimento em sua indústria de base, adotando uma abordagem intensiva em capital para impulsionar o crescimento econômico. Esse investimento estava fortemente centrado na demanda crescente por matérias-primas, incluindo minerais, metais e fontes de energia.

Nesse viés, ao buscar atender a essa crescente necessidade de recursos, a China estabeleceu laços estratégicos com países ricos em *commodities*, tanto na América Latina como em outras regiões do globo. Essa estratégia não apenas impulsionou a expansão industrial do país, mas redefiniu suas relações econômicas e comerciais em escala global, marcando uma nova era na interconectividade econômica entre China e diversas nações ao redor do mundo (Ferchen, 2010).

Assim, a demanda chinesa por matérias-primas – que exigiu em si a manutenção de laços estreitos com países-chave, ricos em *commodities*, na trajetória de desenvolvimento da indústria de base da última década –, funciona como pilar de sustentação de seu relacionamento com muitos dos maiores e mais importantes países latino-americanos e outros grandes produtores de produtos [...] esse aumento repentino das importações de matérias-primas pela China feita a países como Brasil é um dos principais fatores causadores do aumento súbito dos preços das *commodities* (Ferchen, 2010, p. 107).

Desde então, o ritmo de expansão do comércio bilateral entre Brasil e China revelou-se mais robusto do que o observado no conjunto das transações comerciais do país sul-americano. No ciclo ascendente dos preços das matérias-primas, após 2003, os superávits brasileiros experimentaram um crescimento contínuo. Os benefícios derivados da sólida relação comercial com a China, especialmente no que tange às matérias-primas, passaram a refletir de maneira cada vez mais significativa no saldo da balança comercial do Brasil, transformando-a em um indicador sensível às dinâmicas do comércio sino-brasileiro (Cunha et al, 2011).

Esse fenômeno ganhou impulso a partir de 1990, mesmo que maior após o crescimento do comércio de *commodities*, quando o Brasil intensificou consideravelmente a exportação de produtos básicos para o gigante asiático, consolidando uma parceria que se mostrou estratégica para o desenvolvimento econômico do país (Cunha et al, 2011).

O comércio sino-brasileiro experimentou uma notável ascensão ao longo das últimas décadas, marcando um significativo avanço nas relações bilaterais. A China, impulsionada por uma crescente demanda por matérias-primas, testemunhou um expressivo aumento nas exportações brasileiras, registrando um impressionante crescimento de aproximadamente 97,45% desde 1990, conforme apontado por Ferrari (2008).

As interações comerciais entre os dois países evoluíram de maneira constante, especialmente a partir de 2003 até os dias atuais, caracterizando um período de consolidação e maturação nas relações comerciais sino-brasileiras. Sob o governo de Luís Inácio da Silva, a política externa brasileira passou por uma significativa remodelação, rejuvenescendo a inserção internacional do país e contribuindo para o fortalecimento desses laços comerciais que se mostraram fundamentais para ambas as nações.

Em 2012, a relação foi elevada a um novo patamar com a assinatura da Parceria Estratégica Global, consolidando a China como o maior parceiro comercial do Brasil e ampliando o escopo da cooperação para setores como infraestrutura, tecnologia e investimentos. A partir desse ponto, o Brasil passou a receber investimentos chineses significativos, particularmente em áreas de energia e logística, como a construção de ferrovias e investimentos no setor de energia elétrica (Biato Júnior, 2010).

Um grande responsável pelo aumento da exportação de carne bovina brasileira e, consequentemente, facilitador para o estreitamento dos laços entre a China e o Brasil, foi o consumo doméstico da proteína. Em 2018, o consumo médio *per capita* do produto era de 34 quilos; em 2019, caiu para 30 e estagnou nos 27 quilos em 2020 e 2021. São vários os fatores que podem ser citados para tal diminuição no consumo, mas os principais são a pandemia de COVID-19 e um aumento súbito nos preços de compra. Dessa maneira, como forma de amenizar o prejuízo, produtores optaram por ano após ano direcionarem suas produções para o mercado externo, o que acarretou em um fluxo maior de exportações (CONAB, 2023).

Entretanto, mesmo com o impacto significativo que a pandemia trouxe em toda a economia nacional, o Brasil continuou com um grande volume de suas exportações de carne bovina. Tal evento só foi possível a partir da consistência brasileira no controle sanitário dos seus produtos de origem animal. Conforme apontado por Neves *et al.* (2012), as empresas do

setor de frigoríficos no Brasil se adaptaram constantemente às demandas do mercado internacional, implementando medidas sanitárias que asseguram uma qualidade superior dos produtos. Para que a carne bovina brasileira consiga se inserir no mercado externo, os produtores têm ajustado suas práticas às exigências dos países importadores. Um exemplo disso é a adoção do sistema de "rastreabilidade de bovinos", que fornece informações sobre a origem e a qualidade da carne.

Contudo, apesar dos benefícios econômicos, a parceria sino-brasileira trouxe desafios, como a crescente dependência do Brasil em relação à exportação de produtos primários. Esse foco excessivo em *commodities* criou uma vulnerabilidade para o Brasil, dado que oscilações nos preços desses produtos podem afetar a economia brasileira. Ainda assim, a relação continua a se expandir, abrindo espaço para cooperações em novas áreas estratégicas, como tecnologia, inovação e meio ambiente, com potencial para transformar a parceria em uma colaboração ainda mais diversificada e sustentável (Coates; Luu, 2010).

No que concerne ao período analisado no presente trabalho, a relação bilateral entre Brasil e China, de 2012 a 2022, consolidou-se como uma das mais importantes parcerias estratégicas no cenário global, marcada por um intenso comércio de *commodities*, investimentos significativos e uma ampliação dos setores de cooperação. O fortalecimento dessa relação teve como ponto de partida a assinatura da Parceria Estratégica Global em 2012, que representou um marco para ambos os países, elevando a cooperação a novos patamares (Gov, 2024).

Basicamente, essa parceria entre Brasil e China é um acordo de cooperação de alto nível, firmado em 2012, que expandiu as bases da Parceria Estratégica estabelecida em 1993. Esse novo estágio nas relações sino-brasileiras elevou o diálogo e a colaboração entre os dois países, ampliando o escopo das áreas de interesse mútuo e reforçando a importância dessa relação no contexto internacional. Seus principais objetivos foram ampliar o comércio bilateral entre os dois países, priorizar o aumento de investimentos chineses no Brasil, cooperar no âmbito da ciência e tecnologia, além de impulsionar acordos políticos e em fóruns multilaterais, como no BRICS e Organização Mundial de Comércio (Gov, 2024).

Ao se considerar então o estreitamento dos laços entre os dois países, no que tange o mercado de carne bovina, apesar de apresentar um rebanho expressivo, a China enfrenta desafios consideráveis em termos de custo de produção elevado, déficit na produção e restrições de área para expansão da criação de gado. Essa conjuntura leva o país a depender fortemente da importação de grandes volumes de carne bovina, suína e de outras origens,

principalmente de nações como Brasil, Austrália, Estados Unidos e Canadá, para suprir as demandas de uma população numerosa e um consumo em constante crescimento (Carvalho, 2018).

Dessa maneira, no artigo "Caracterização da exportação brasileira de carne bovina no triênio pré-pandemia", publicado na *International Journal of Scientific Management and Tourism* (2023), destaca-se a posição do Brasil como um dos maiores exportadores globais de carne bovina entre 2017 e 2019, resultado de décadas de investimentos tecnológicos no setor agropecuário e da abundância de recursos naturais. Segundo dados da *United States Department of Agriculture* (USDA) e da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne Bovina (ABIEC), o Brasil exportou cerca de 4,1 milhões de toneladas de carne in natura durante o período analisado, consolidando-se como um dos pilares da segurança alimentar global.

Esses números evidenciam a importância estratégica da pecuária de corte para a economia brasileira, tanto em termos de geração de receita quanto na manutenção de empregos e no fortalecimento das relações comerciais internacionais. Em relação às exportações, o artigo citado apresenta que a China emerge como o principal destino da carne bovina brasileira, absorvendo 30,04% das exportações durante o triênio. Essa dominância reflete a crescente demanda chinesa por proteínas animais, impulsionada pelo aumento da renda da população e pela necessidade de garantir a segurança alimentar.

Nesse ponto, o comércio chinês vislumbra uma oportunidade de atuar com o que defende a teoria de Ricardo, pois visualiza o Brasil como um país com determinada vantagem comparativa ao que tange a produção de carne bovina, enquanto o país asiático poderia oferecer, não só para o Brasil e sim para a América Latina como um todo, manufaturas de média e alta tecnologias, como explora Matt Ferchen em seu artigo “As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?”, de 2010.

Dessa forma, o Brasil se destaca como um país com vantagens comparativas na produção de carnes, conforme analisado por Olivo (2008). O país possui extensas áreas de terra e um clima que favorece a implementação de diversos sistemas produtivos, capazes de transformar a proteína vegetal em proteína animal. A produção de carne bovina no Brasil é predominantemente realizada em pastagens, representando cerca de 90% do total, enquanto a fase final do ciclo produtivo, que ocorre em sistema de confinamento, abrange apenas 10% do rebanho destinado ao abate (ABIEC, 2015).

Nessa mesma visão, nota-se que, ao analisar o caso a partir da visão inicial de Heckscher-Ohlin, o Brasil se posicionaria como um país com grande abundância relativa de fatores que impulsionam a produção de carne bovina, como um clima e pastos propícios, além de grande investimento por parte dos produtores. Austrália, EUA e Canadá seriam seus concorrentes instigados a combatê-lo nesse comércio. A China se estacionaria na posição de um país com maior produção de tecnologia em busca de adentrar o comércio latino, também entrando em competição com os EUA, por exemplo.

Já Marini (2000: 145) defende diretamente que: “A Industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial, reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas”. Dessa maneira, a industrialização brasileira apresenta traços que impedem o país de sair do *status* eterno de dependente, como: i. não ter tido um processo de industrialização espontâneo, já que o mesmo foi fruto da vontade das classes dominantes que na época haviam perdido seu poder de importar produtos de elevada qualidade; ii. permitiu que essa mesma elite importe bens duráveis e esse consumo reduza o consumo de classes populares; e, iii. tal industrialização não rompeu com o sistema centro-periferia.

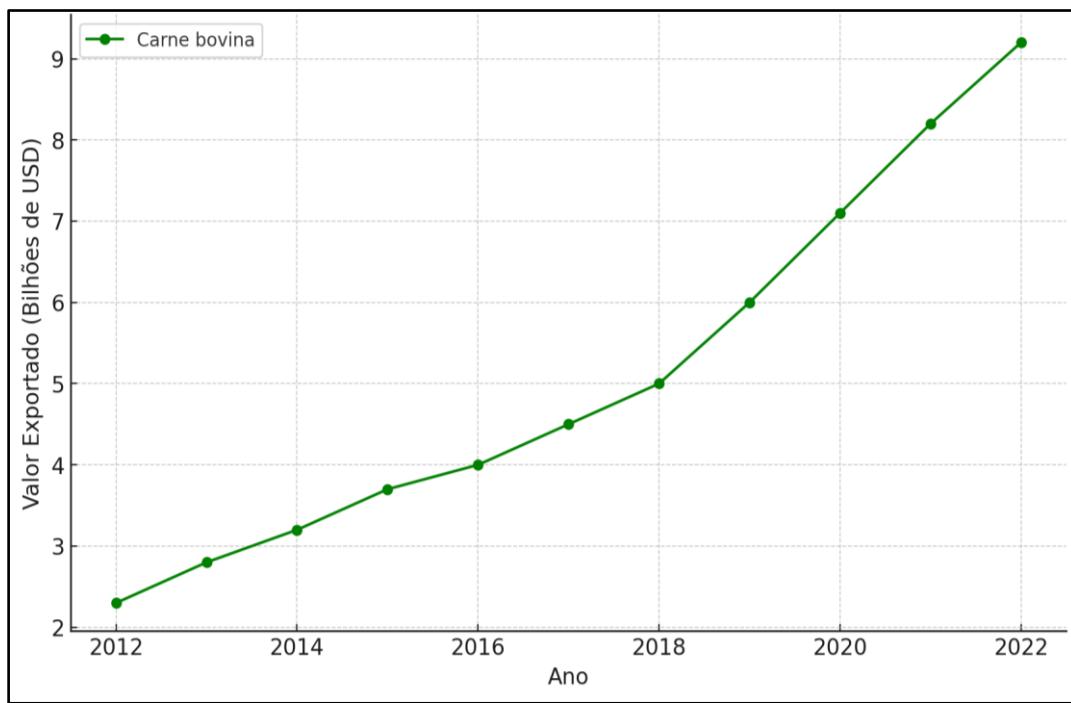
Ademais, de acordo com Ruy Mauro Marini (2020), e sua análise da teoria da dependência, a inserção dos países latino-americanos no mercado global e na divisão internacional do trabalho, especialmente na segunda metade do século XIX, ocorreu de maneira a servir de suporte às economias capitalistas centrais, facilitando a transferência de capitais para essas nações. Esse arranjo estabeleceu as bases das relações de dependência da América Latina dentro do contexto do capitalismo moderno.

A dinâmica dessa transferência de capitais é melhor ilustrada pelo conceito de troca desigual, que teve como primeiro momento a exportação de matérias-primas e produtos de consumo. Essas exportações foram fundamentais para impulsionar o desenvolvimento industrial das economias capitalistas. Jaime Osório, em sua tipologia, destaca essa fase como parte do padrão de reprodução do capital primário-exportador na América Latina (Osório, *et al.*, 2012).

O gráfico 6 é responsável pela demonstração dos valores de carne bovina brasileira exportados diretamente para a China em dólares entre 2012 e 2022. É perceptível que de 2012 a 2016 a exportação do produto duplicou, comparando com 2012 e 2020, a exportação quadruplicou em valor. Logo, fica evidente que a proteína bovina brasileira ganhou espaço no

país asiático ao longo dos anos e se tornou um grande parceiro no envio da carne para a China, além de ter um aumento elevado em sua receita.

Gráfico 6 - Exportações de carne bovina brasileira para a China de 2012 a 2022



Elaboração própria. FONTE: ABIEC (2022)

O gráfico 7 evidencia as estatísticas acerca das variações das exportações de carne bovina para a nação asiática nos meses de 2021. O ano começou com uma exportação acima das 50 mil toneladas exportadas e atingiu seu ápice em setembro, ultrapassando a marca de 100 mil toneladas exportadas. Contudo, em outubro o país sofreu com casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina, fato que prejudicou as exportações e fez com que a China aplicasse barreiras sanitárias às carnes brasileiras, para impedir que o vírus pudesse chegar ao país asiático.

Gráfico 7: Toneladas de carne bovina exportada para a China em 2021



Elaboração própria. Fonte: ABIEC (2024)

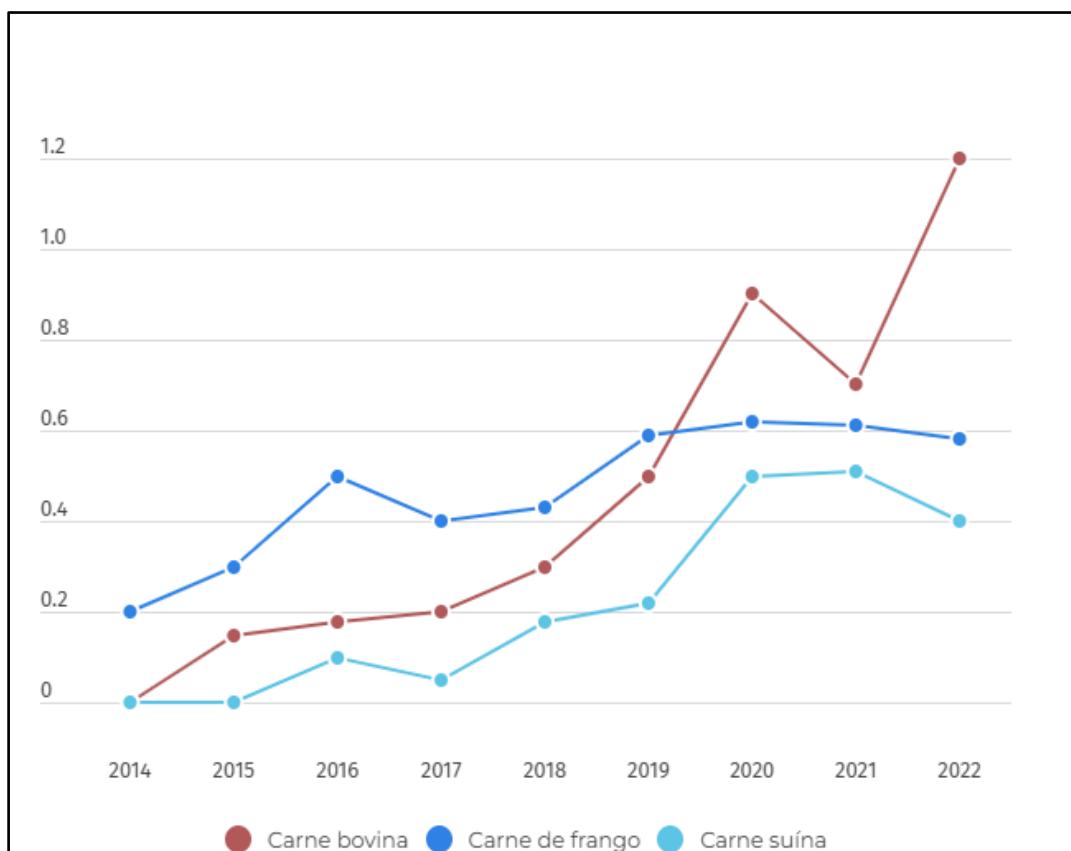
Segundo a Associação Brasileira de Frigoríficos em 2021 (Abrafrigo), nos meses de março e abril o comércio de exportação de carne bovina sofreu um *boom* se comparado com o mesmo período no ano anterior, o que rendeu um grande lucro no setor.

Contudo, apesar de se manter estável ao longo do ano, o mercado entrou em uma depressão a partir de setembro de 2021, o porquê de tamanha crise nesse setor nos meses de outubro, novembro e dezembro: os casos de “vaca louca” presenciados em Mato Grosso e Minas Gerais. Após o surto, a China cortou totalmente suas compras do produto brasileiro. Nesse sentido, os preços da arroba do boi caíram e os portos chineses se fecharam para receberem a carne. Foi somente em 4 de dezembro que o produto começou a entrar novamente no território asiático, o que explica um leve aumento nos negócios apresentados pelo gráfico no período correspondente ao retorno (CEPEA, 2022; Gov, 2021).

O gráfico 8 apresentado traz os parâmetros em relação às proteínas brasileiras direcionadas ao mercado chinês, isto é, proteína bovina, suína e de frango. Em 2014, início da análise do gráfico, a exportação de carne bovina era ínfima, tal como a carne suína, na época, somente a exportação de carne de frango possuía certa relevância. Com o passar dos anos, notou-se crescimento do setor de exportações de proteínas, quaisquer fossem. Em meados de 2019, após anos com a exportação de carne de frango sendo a maior, a exportação de carne bovina assumiu a liderança, tornando-se o produto com maior nível de exportação entre os analisados e permanecendo na frente. Inclusive, em 2022 é possível notar uma queda nas

exportações tanto de carne suína quanto de carne de frango, contudo, a exportação da carne do boi só aumentou.

Gráfico 8: Exportações das principais proteínas brasileiras para a China em milhões de toneladas (2014-2022)



Elaboração própria. FONTE: AGROSTAT (2023)

Nesse viés, em relação ao comércio bilateral, a carne bovina brasileira com destino à China se destaca, conforme dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), mencionados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPEC) em 2017, o notável avanço nas exportações do agronegócio brasileiro a partir de 2002 contribuiu para a obtenção de saldos anuais positivos, contrabalançando os saldos negativos observados em outros setores.

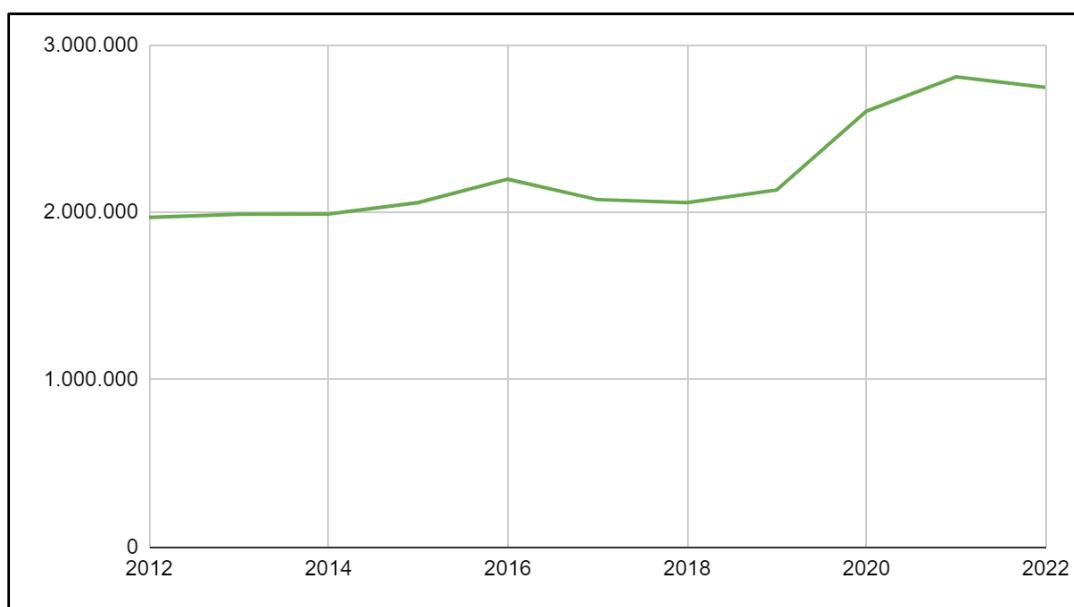
Essa tendência teve um papel significativo na promoção do equilíbrio financeiro do país. Os resultados apresentados pela ABIEC se alinham com as concepções de Czinkota e Ronkainen (2008), que destacam a importância das exportações não apenas para equilibrar o saldo da balança comercial, mas também para impulsionar a geração de empregos e, por conseguinte, promover o crescimento econômico.

Ademais, em 2018 e 2022, a produção chinesa de carne suína sofreu um grande impacto com surtos de Peste Suína Africana (PSA), após um curto espaço de tempo toda a produção da carne mundial passou por um grande desequilíbrio, já que o país asiático era autossuficiente em sua produção. Apesar de tamanho descontrole, foi a oportunidade perfeita para o Brasil investir na exportação de suas proteínas, principalmente a carne bovina. Dessa maneira, é possível ver o crescimento nos gráficos o notável aumento das exportações de tal proteína (AGROINSPER, 2023).

Essa interseção de dados ressalta a relevância estratégica do agronegócio brasileiro e da exportação de carne bovina como motores que ajudam na impulsão econômica do país. Além disso, tais resultados são responsáveis pela busca ainda maior de brasileiros para aumentar a produção da bovinocultura brasileira como forma de obter maiores frutos com a exportação.

O nono gráfico representa o PIB do agronegócio brasileiro. Desse modo, no ano de 2019 houve um aumento expressivo do PIB do agronegócio brasileiro, fator que pode estar diretamente ligado ao aumento intensivo dos acordos comerciais sino-brasileiros no que se refere a exportação de carne bovina brasileira em direção à China. Em uma década, o PIB saiu de 2 milhões para quase atingir 3 milhões, percebe-se então um crescimento de quase 50% na década analisada.

Gráfico 9: PIB do agronegócio brasileiro de 2012 a 2022



Elaboração própria. Fonte: CEPEA (2024)

A exportação de carne bovina brasileira ganhou grande força principalmente em 2014, período em que também é possível notar o crescimento, mesmo que pequeno, do PIB do agronegócio brasileiro, já que foi entre 2012 e 2014 que o país se estabeleceu como um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo.

Contudo, mesmo sendo uma fonte rica de ganhos, alguns fatores podem influenciar e alterar esse vetor para uma posição negativa. Exemplo dessas intempéries pode-se citar a Encefalopatia Espongiforme Bovina, mais conhecida como “Mal da Vaca Louca”, que quando afeta o gado brasileiro, impacta diretamente no PIB do agronegócio, como aconteceu em 2021, em que o mercado brasileiro sofreu com o congelamento dos envios do produto para a China, após o país ter fechado seus portos para a entrega da carne brasileira consequência de dois casos do Mal no país, um em Minas Gerais e outro no Mato Grosso (CEPEA, 2023).

Nesse sentido, após análise entre o comércio bilateral sino-brasileiro, fica evidente o estreitamento das relações entre os dois países. Além disso, como as duas nações se escoraram nas necessidades crescentes de forma mútua.

5. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo entender mais sobre o comércio brasileiro de carne bovina destinada à China e o desenrolar de uma dependência os envolvendo, por meio da revisão bibliográfica e análise de dados. Nesse sentido, foram analisadas teorias que explicassem os porquês da importância do comércio entre os países e sua inevitabilidade, a história que envolve os motivos para a grande exportação brasileira e a recepção chinesa e os dados responsáveis para criar um desfecho robusto para tal questionamento: Por que o mercado de exportação de carne bovina brasileiro tornou-se dependente da economia chinesa?

Fica claro então que, a partir das teorias de Adam Smith, David Ricardo e Heckscher-Ohlin, o comércio internacional é essencial e inevitável no que tange a riqueza de uma nação e sua globalização. Além disso, essa troca é essencial para o suprimento das nações com os produtos escassos em seus próprios Estados. Logo, no que se aplica ao Brasil e à China, a nação brasileira se tornou de extremo interesse chinês para a compensação da falta de proteína bovina no território. Em contrapartida, esse mercado asiático se tornou uma fonte de arrecadação de renda para o Brasil, o qual se escorou nesta oportunidade e tornou a China seu maior “cliente”.

Além disso, com o estudo da teoria da dependência elaborada por Marini (1973), comprehende-se que o Brasil ainda se comporta como um país que depende de outras economias para manter a sua em atividade. No caso apontado, o país se escorou na economia chinesa, que atualmente se comporta como um gigante mundial, e na sua crescente demanda de um produto ativamente exportado pela nação brasileira. Isto é, o Brasil se comporta de maneira condicionada a um interesse externo específico, o que corroborou para um indicativo de dependência econômica atual no que tange a exportação de carne bovina.

Segundo Raúl Prebisch, a partir do conceito de elasticidade-renda da demanda, a partir do momento em que a demanda relativa de produtos industriais cresce, a demanda relativas por bens primários diminui. Dessa maneira, países produtores de produtos primários estariam fadados a continuar no ciclo de produção desses bens em busca de continuarem competitivos no mercado se não optassem pela produção de manufaturados. Portanto, países que se dedicam fortemente à produção de bens primários correriam o risco de se tornarem dependentes daqueles que se encontrassem no centro da economia.

Assim, o Brasil se dedicou incessantemente ao mercado de *commodities*, o mesmo que inclui a carne bovina, e a China cresceu em proporções gigantescas nas últimas décadas, seja economicamente falando ou em relação à sua população. Dessa maneira, a China se tornou um mercado óbvio para escoamento do produto brasileiro. Contudo, o comércio do país sul-americano se dedicou de modo incisivo ao abastecimento do mercado asiático, o que ficou claro nas análises apresentadas de como a China é um participante importante no resultado comercial brasileiro. Nota-se então, após análise, que existe um sinal de dependência instaurada em períodos de recessão desse mercado que sempre envolve a falta de direcionamento da carne para a China, como durante crises como o caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina.

6. Referências Bibliográficas

ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. **Beef Report 2023 | A pecuária mundial.** Disponível em: <<https://www.abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2023-capitulo-03/>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. **As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil.** Brasília: Ipea, 2011.

Agro in Data - Insper. **Qual o impacto da peste suína africana no comércio internacional de carnes?** Disponível em: <<https://agro.insper.edu.br/agro-in-data/artigos/qual-o-impacto-da-peste-suina-africana-no-comercio-internacional-de-carnes>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BARRAL, W. O. **O comércio internacional.** São Paulo: Del Rey, 2007.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006).** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência.** In: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, jan./abr. 2013. p. 191- 205.

CARVALHO, T. B. **A importância do brasil na produção mundial de carne bovina.** Publicado em 26/02/2018. 2018a. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/a-importancia-do-brasil-na-producaomundial-de-carne-bovina.aspx> Acessado em 23/03/2019.

CEPEA. **BOI/CEPEA: Novo caso atípico de “vaca louca” deixa setor pecuário em alerta.** Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/boi-cepea-novo-caso-atipico-de-vaca-louca-deixa-setor-pecuario-em-alerta.aspx>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

COATES, B; LUU, N. ***The Emergence of China in Global Commodity Markets.*** 1st ed. [s.l.]: [s.n.], [2010]. Disponível em: <https://treasury.gov.au/sites/default/files/2019-03/01-China-Commodity-demand.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

CONAB. **Oferta e demanda de carnes.** Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analises-do-mercado/oferta-e-demanda-de-carnes>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 45-64, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO).

CUNHA, A.; BICHARA, J.; MONSUETO, S.; LÉLIS, M. **Impactos da Ascensão da China Sobre a Economia Brasileira: Comércio e Convergência Cíclica.** Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 406-440, set-dez/2011.

CZINKOTA, M. R.; RONKAINEN, I. A. **Marketing Internacional.** (Tradução Vertice Translate). Tradução da 8º edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

DIAS, R.; CASSAR; M.; RODRIGUES, W. **Comércio Exterior, Histórias, teorias e práticas** – Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

Exportações - ABIEC. Disponível em: <<https://www.abiec.com.br/exportacoes/>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

DUARTE, E.; GRACIOLLI, E. **A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: INTERPRETAÇÕES SOBRE O (SUB)DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA.** 2007.

FARO, R.; FARO, F. **Competividade no Comércio Internacional.** Acesso das empresas brasileiras aos mercados globais – São Paulo, Editora Atlas S.A – 2010.

FERCHEN, M. **As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 105-130, nov. 2011.

FERRARI, T. K. **O crescimento da China no mercado mundial e os seus impactos para o Brasil.** Florianópolis, 2008.

FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. **Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo: Boitempo, 2012.

FLOTO, E. **El sistema centro-periferia y el intercambio desigual.** *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, n. 39, dic. 1989.

GOV. Agropecuária brasileira em números VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO - LAVOURAS E PECUÁRIA -BRASIL Valores em bilhões R\$*. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/agopecuaria-brasileira-em-numeros/abn-04-2022.pdf>>.

GOV. China libera entrada de carne bovina do Brasil. Disponível em:
 <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/china-libera-entrada-de-carne-bovina-do-brasil>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

JENKINS, R. China's global expansion and Latin America. Journal of Latin American Studies, v. 42, part. 4, p. 809-837, Nov. 2010.

KRUGMAN, P.R. Economia Internacional: teoria e política. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2015.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. Economia Internacional. Tradução Ana Julia Perrotti Garcia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. 10. ed. Norte-americana.

LUDOVICO, N. Logística Internacional: um enfoque em Comércio Exterior. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAPA Indicadores. Disponível em:
 <<https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MARINI, Ruy Mauro (2000). Dialética da Dependência: Uma Antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Vozes.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. 1973. Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia — MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973).

OLIVEIRA, L. M. Exportação Agrícola: A Regulamentação dos Subsídios na OMC. Curitiba: Juruá, 2008.

OLIVO, N. Mercado mundial de carnes. 46. ed. Criciúma: Varela Editora, 2008

PEKKANIVEW, M. World food consupption patterns. In: RECHAIGL Jr., M. *Man, food and nutrition*. Ohio, Ed. CRC Press, 1975. p. 16-33.

Portal Embrapa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/pesquisa>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os economistas”, 1982 [1817].

SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo, Editora Best Seller, 1999. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 2 vols., Coleção “Os economistas”, 1983 [1776].

TUSCO, A. M. Relações comerciais entre Brasil e China. Florianópolis: UFSC, 2010.

VIEIRA, P. et al. O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil?. Rev. Tempo do Mundo, v. 2, n. 1, p. 51-81, jan. 2016. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/160331_rtm_vol2_n1_o_brasil_alimentara_a_china.pdf>.

World Bank Open Data. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2022&locations=CN&start=2012&view=chart>>.

ZHU, X. Understanding China’s Growth: Past, Present, and Future. Journal Of Economic Perspectives, p. 103-124. 2012.
